



**PARECER PRÉVIO Nº 55/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 10043/2012.**

**Apensos:** Processo nº 10069/2012, 10078/2012 e 10070/2012.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte

**4- Exercício:** 2011

**5- Responsável:** Adenilson Lima Reis (Prefeito Municipal)

**6- Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331

**7- Unidade Técnica:** Dicami e Dicop

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2059/2014-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das Contas da Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte, exercício 2011 de responsabilidade do **Sr. Adenilson Lima Reis** - Prefeito Municipal, com fundamento no art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 23 e 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, I, da Resolução TCE 09/97.

**11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 12 de Dezembro de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



**PARECER PRÉVIO Nº 55/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 55/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 55/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 10043/2012.**

**Apensos:** Processo nº 10069/2012, 10078/2012 e 10070/2012.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte

**4- Exercício:** 2011

**5- Responsável:** Adenilson Lima Reis (Ordenador de Despesa)

**6- Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331

**7- Unidade Técnica:** Dicami e Dicop

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2059/2014-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte. Exercício de 2011.

Regularidade com ressalvas. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte, exercício 2011 do **Sr. Adenilson Lima Reis** – Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º da Lei 2.423/96.

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Adenilson Lima Reis** no valor de **R\$ 2.192,06**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, com fundamento no art. 308, I, “b” da Resolução n. 04/2002 pelo seguinte: Não preenchimento ou preenchimento incompleto de informações no antigo Sistema ACP (Restrições 2-5 do Relatório Conclusivo n. 60/2012: Não encaminhamento de documentos (Restrições 7, 13, 17, 24 e 30 do Relatório Conclusivo n. 60/2012);



**ACÓRDÃO Nº 55/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 55/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Adenilson Lima Reis** no valor de **R\$ 12.056,33**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, com fundamento no art. 308, II do Regimento Interno do TCE/AM, pelo atraso na remessas dos balancetes mensais eletronicamente nos seguintes meses de janeiro a novembro (Restrição 1 do Relatório Conclusivo n. 60/2012);  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.4. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Adenilson Lima Reis** em caso de não recolhimento no prazo estabelecido, ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.
- 10.5. Recomendar ao Sr. Adenilson Lima Reis e ao atual Prefeito Municipal de Nova Olinda do Norte que:**
- 10.5.1.
- 15-** Observe o correto e completo preenchimento das informações nos Sistemas deste TCE/AM;
  - 16-** Observe com mais zelo a Lei de Licitações e Contratos.
  - 17-** Elabore anualmente o inventário dos bens permanentes na forma disposta do artigo 94 da Lei Federal nº 4.320/64;
  - 18-** Não mantenha numerário em caixa, devendo ser depositado em instituições financeiras oficiais, conforme determina o § 3º, do artigo 164, da CF/88, c/c o § 1º, do artigo 156, da CE/89;
  - 19-** Arquive os comprovantes das publicações dos editais resumidos previstos pelo artigo 22, 3º do Estatuto Licitatório;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

**ACÓRDÃO Nº 55/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 55/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 20-** Cumpra os prazos para encaminhamento a esta Corte de Contas, dos Relatórios de Execução orçamentária, conforme artigo 1º, da Resolução nº 06/00-TCE;
- 21-** Cumpra os prazos para encaminhamento a esta Corte de Contas, dos Relatórios de Gestão Fiscal, previsto no artigo 63, II, b, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF;
- 22-** Faça a consolidação, identificação e demonstração da Conta "Créditos" do Balanço Patrimonial, por credor, data, valor e nota de empenho, de cada exercício financeiro;
- 23-** Faça o competente procedimento licitatório enquadrando a cada modalidade, para as despesas cujos limites estão estabelecidos no artigo 23, incisos e alíneas do Estatuto Licitatório;
- 24-** Para que as prestações de serviços e obras de engenharia, tenha anuência do corpo jurídico ou técnico desse Poder Executivo Municipal, prerrogativa do artigo 38, VI, § único da Lei Federal nº 8.666/93;
- 25-** Formalize relatórios de viagens dos servidores, secretários e Prefeito, para fins de comprovação da legalidade das despesas;
- 26-** Cumpra o que determina o § 3º do artigo 182 da CF/88, c/c o artigo 16, I e II da Lei Complementar no 101/2000 - LRF;
- 27-** Crie ato normativo para regulamentar quantitativo mínimo de servidores efetivos que devam ocupar cargos comissionados, ex vi do art.37, V da CF/88;

**10.6. Dar ciência ao Sr. Adenilson Lima Reis** deste Acórdão.

**10.7. Arquivar** os presentes autos e seus apensos, nos termos regimentais, após cumpridas as medidas supra.

**11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 12 de Dezembro de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

**ACÓRDÃO Nº 55/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 55/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral